

Artigo 10.º, onde se lê: «Outros minerais não especificados», leia-se: «Outros minérios não especificados».

Artigo 21.º, onde se lê: «Azeite de oliveira (pêso bruto)», leia-se: «Azeite de oliveira (incluindo as taras)».

Direcção Geral das Alfândegas, em 5 de Janeiro de 1916. — O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Majoria General da Armada

#### 1.ª Repartição

#### 2.º Secção

Tendo saído incorrecto o decreto n.º 2:145, publicado no *Diário do Governo* n.º 260, 1.ª série, de 23 de Dezembro, novamente se publica:

#### DECRETO N.º 2:145

Tendo a prática demonstrado que pode ser dispensado o beneficio a que se refere o § 4.º do artigo 80.º do regulamento de serviço de saúde naval, e sendo mais vantajoso, tanto para o pessoal como para a Fazenda Nacional, substituí-lo por outra regalia que aproveite a todos os serventes civis do Hospital da Marinha:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que aquele parágrafo seja substituído pelo seguinte:

§ 4.º A cada servente civil o Hospital abonará, em cada ano, dois fatos de cotim do tipo adoptado, um boné de padrão apropriado e um par de sandálias.

Paços do Governo da República, 23 de Dezembro de 1915. — *Bernardino Machado* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*.

### Direcção Geral da Marinha

#### 2.ª Repartição

#### DECRETO N.º 2:175

Sendo da máxima conveniência estabelecer o processo de concessões de locais de armazéns de atum e sardinha, de harmonia com o disposto no n.º 2.º do decreto de 8 de Fevereiro de 1913;

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º O exercício da pesca por meio de aparelhos fixos para novos locais ainda não explorados carece de prévia concessão do Ministério da Marinha, a qual será feita em hasta pública.

Art. 2.º As concessões são feitas em portarias e pelos seguintes períodos de tempo: armazéns de atum, quinze

anos; armazéns de sardinha, dez anos. Findo estes prazos a exploração será de novo posta em praça.

§ único. As caducidades dos locais são também declaradas em portarias.

Art. 3.º A base mínima da arrematação será para as armazéns de atum de 200\$, para as armazéns de sardinha à valenciana de 100\$, e para as armazéns redondas de 50\$, seguindo-se no restante processo de arrematação o determinado no artigo 61.º do regulamento da pesca da sardinha de 14 de Maio de 1903, tanto para as armazéns de sardinha como para as de atum, sendo para estas últimas de 200\$ o depósito provisório a que se refere o n.º 2.º do dito artigo e de 500\$ o depósito a que se refere o n.º 3.º do artigo 39.º do mesmo regulamento.

§ 1.º Em igualdade de condições, tom direito de opção na arrematação de locais novos, o cidadão que primeiro tenha requerido a exploração.

§ 2.º Findo os prazos de concessão, tem também direito de opção em igualdade de condições da arrematação dum local, o cidadão que o tenha explorado no prazo imediatamente anterior cunprindo os preceitos regulamentares.

§ 3.º A vistoria a que se refere o artigo 36.º do regulamento geral da pesca da sardinha, e artigo 12.º do regulamento da pesca do atum, será paga pelo concorrente a quem fôr adjudicada a concessão.

Art. 4.º Os artigos anteriores e seus parágrafos, exceptuados os §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º, tem applicação aos locais que caduquem, sendo todavia a base mínima da arrematação, no caso do local ter sido explorado nos últimos cinco anos, correspondente a 5 por cento da média annual do produto desses anos, constante da estatística publicada pela Comissão Central de Pescarias.

Art. 5.º As quantias a depositar na Caixa Geral de Depósitos, como garantia do cumprimento das condições de concessões de locais ou quaisquer outras relativas a pesca, são-lhe hão à ordem da Direcção Geral da Marinha.

Art. 6.º Todo o local cuja exploração, à data deste decreto, não estiver concedida, é para todos os efeitos considerado novo.

Art. 7.º São applicáveis a estas concessões todas as outras disposições dos decretos de 6 de Abril de 1896 e de 14 de Maio de 1903 e mais disposições em vigor.

O mesmo Ministro da Marinha assim o tenha entendido o faça executar. Paços do Governo da República, 8 de Janeiro de 1916. — *Bernardino Machado* — *Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*.